

GT: História da Mídia Audiovisual
Autora: Ivonete da Silva LOPES¹
E-mail: netelopes@hotmail.com
Mestranda em Comunicação
Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói/RJ

40 anos de Televisão Educativa no Brasil: a expansão do Sistema Educativo contribui para a democratização da comunicação?²

Neste artigo propomos mostrar um panorama da distribuição das concessões de “TV Educativa” e discutir se a expansão deste sistema de radiodifusão, a partir de 1997, contribui de alguma forma à democratização da comunicação. A primeira emissora educativa entrou no ar em 1967, em Pernambuco. Depois de 30 anos eram apenas 20 as emissoras da rede em todo o país. O interesse por essas concessões foi pequeno enquanto esses canais tinham a obrigatoriedade de retransmitir os programas das TVs Cultura e Educativa. Com a alteração na legislação permitindo a inserção de até 100% de programação local, junto com a mudança de critérios para distribuição das emissoras comerciais, que passaram a ser concedidas por meio de licitação, despertou o interesse e aumentou a demanda pelas educativas.

Palavras-chave: TV Educativa, concessão, democratização da comunicação.

Introdução

Falar em televisão aberta no Brasil nos remete imediatamente à idéia de TV Comercial. Isso pode ocorrer devido a recente expansão das emissoras educativas, ocorrida nos últimos dez anos, e também porque em alguns casos possa haver dificuldade em identificar especificidades na programação destas em relação às emissoras comerciais. Neste artigo pretendemos apresentar uma discussão inicial sobre a forma de regulação do sistema de radiodifusão, constituído pelo rádio e televisão aberta no Brasil, com ênfase no nosso objeto de pesquisa: a TV Educativa. Visamos introduzir uma discussão especificamente sobre o processo de distribuição das concessões de TV Educativa e apresentar brevemente alguns concessionários. Faz-se necessário enfatizar que embora hoje em dia haja uma diversidade de canais de televisão no sistema pago, bem como novas tecnologias de comunicação, o acesso à

¹ Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford

² Este artigo é baseado no início da minha pesquisa sobre o processo de distribuição de TV Educativa em Santa Catarina, a partir de 1997.

informação e à cultura para a maioria da população brasileira continua se dando principalmente através dos meios gratuitos, ou seja, da TV aberta e o rádio³.

Contudo, pode-se levantar a hipótese de que não ainda há uma universalização e uma democratização do acesso às TVs abertas, visto que apenas seis redes privadas predominam no segmento de televisão aberta⁴, realizando uma padronização de produção televisiva que impede a divulgação da diversidade e riqueza culturais de um país continental como o Brasil, algo que as TVs Educativas poderiam fazer sem grandes problemas.

A concentração dos meios de comunicação comerciais nas mãos de grupos políticos e econômicos há muito tempo não é mais novidade, por isso, pensamos que a TV Educativa poderia ou talvez ainda possa ser uma alternativa à democratização da comunicação, ainda mais com a expansão do sistema. Portanto é necessário conhecer e discutir como tem se dado o aumento impressionante do número de canais da TV Educativa e discutir se crescimento representa um avanço democrático neste setor ou pelo menos se apresenta algum diferencial em relação à hegemonia da TV comercial.

A regulação da radiodifusão no Brasil

Embora o sistema de radiodifusão tenha nascido em 1923, a regulação ocorreu apenas em 1962 com o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) que incluía telefonia, transmissão de dados, rádio e televisão. Com o golpe militar de 1964 e, conseqüentemente, a instalação da ditadura dos governos militares no Brasil, a radiodifusão passou a desempenhar um papel fundamental para a segurança nacional, o desenvolvimento de um mercado de consumo da classe média e a proteção das fronteiras contra a chamada ameaça comunista (Ramos, 2007: 20). Para dar suporte político e manter o projeto de arbítrio do regime militar, a outorga das concessões beneficiou os aliados políticos do regime ditatorial. Conforme a pesquisadora Suzy dos Santos:

³ Pesquisa realizada em 2002 pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom) indicava que a TV estava presente em 87,7% dos domicílios brasileiros, 39% dos brasileiros não lêem revista ou só têm acesso uma vez por trimestre, 48% não lêem jornais ou só tem acesso uma vez por semana. Disponível <http://www.fndc.org.br/arquivos/donosdamidia.pdf>.

⁴ As seis redes privadas estavam vinculadas a 372 outros veículos de comunicação (rádio e jornais). Disponível <http://www.fndc.org.br/arquivos/donosdamidia.pdf>.

A concentração partidária, através dos governadores, senadores e prefeitos “biônicos” e da maioria do Congresso com representantes da Arena, deu o tom da distribuição das outorgas da radiodifusão para as elites políticas...81,73% das estações de rádio e televisão [na época do bipartidarismo] eram controladas por afiliados do PDS⁵ (Santos, 2006:3)

Ainda na década de 60 do século passado, o decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, complementa e estabelece as características de televisão educativa. Esta deveria ser destinada à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates; sem caráter comercial – sendo, portanto, proibida a veiculação de programas com fins não-educativos. Ficou definido também que poderiam operar o Sistema Educativo de Televisão apenas União, estados e municípios, universidades brasileiras e fundações constituídas no Brasil. Mais ainda, o Estado brasileiro não precisava publicar edital para as outorgas dessas estações.

A primeira emissora do Sistema Educativo a entrar no ar foi a TV Universitária de Pernambuco, em 1967, vinculada ao Ministério da Educação. Nos sete anos seguintes, surgiram mais oito emissoras educativas. Entre estas podemos citar a TV Cultura de São Paulo, vinculada ao governo estadual, e a TVE do Rio Janeiro, fundação pública ligada ao Ministério da Educação (Fort, 2005:97).

Com tantas restrições para os canais educativos em relação a programação e, principalmente, para viabilizar a manutenção financeira das emissoras, a rede Educativa permaneceu com poucos integrantes até a década de 90. Segundo César Ricardo Siqueira Bolaño (2007), o fracasso do Sistema Educativo e das emissoras locais, ocorreu essencialmente à condição de operarem como retransmissoras e a proibição de publicidade nas educativas, norma defendida pelos concessionários das emissoras comerciais.

Assim pode-se dizer que o aumento no número de emissoras foi lento durante as três primeiras décadas depois da implantação da emissora pernambucana, que foi a pioneira do Sistema Educativo. Até 1997 eram 20 TVs em todo o Brasil. No final do ano de 2005 verifica-se que houve uma explosão no aumento de concessão de TVs educativas, visto que elas já eram 167, ou seja, houve um crescimento de 735%.

⁵ Partido Democrático Social (PDS).

Ao que tudo indica há pelo menos três fatores, entre outros, que condicionaram a expansão deste sistema de radiodifusão, no período compreendido entre 1997 até 2005. Primeiro, a mudança na legislação que regulamenta a radiodifusão feita durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A promessa desse governante, com a mudança supracitada, era moralizar o setor já que historicamente as emissoras comerciais tinham sido utilizadas como instrumento ou moeda de barganha política para beneficiar aliados políticos do governo federal em troca de apoio. Teoricamente, com a mudança na legislação supracitada, sustentava-se a idéia de que era preciso acabar com o “toma lá dá cá” no processo de concessão de canais de TV brasileiros, ou seja, como o chamado clientelismo ou coronelismo eletrônico⁶. Com esta medida as novas concessões das TVs comerciais começaram a ser vendidas em licitação. Segundo, as emissoras educativas, que anteriormente tinham a obrigatoriedade de retransmitir a programação da TV Educativa do Rio de Janeiro e da TV Cultura de São Paulo, foram autorizadas a operar com totalidade de programação local. Terceiro, a distribuição das concessões educativas continuou sendo gratuita, sem a necessidade de licitação.

Como se viu, no governo de Fernando Henrique Cardoso a promessa de mudança e alterações da legislação permitiriam maior transparência no processo, pelo menos para a distribuição das emissoras comerciais. Porém criou-se uma alternativa para a continuidade das velhas práticas políticas, que impedem a democratização da comunicação, facilitando o acesso e reduzindo as restrições, antes impostas, às TVs Educativas, assunto que vamos abordar em seguida.

Mudanças na lei aumenta interesse pelas TVs Educativas

Se os meios de comunicação são mediadores de cultura, principalmente a TV e o rádio, é sem dúvida fundamental entender o funcionamento desta regulação, uma vez

⁶ Segundo Lima, “O *coronelismo eletrônico* é um fenômeno do Brasil urbano da segunda metade do século XX, que resulta, dentre outras razões, da opção que a União fez, ainda na década de 30, pelo modelo de outorga, a empresas privadas, da exploração dos serviços públicos de rádio e televisão (*trusteeship model*). Resulta também das profundas alterações que ocorreram na política brasileira com a progressiva centralidade da mídia iniciada durante os anos de regime militar (1964-1985).

que “Como a cultura é modelada, controlada e regulada, nos governa – ‘regula’ nossas condutas, ações sociais e práticas e, assim, a maneira como agimos no âmbito das instituições e na sociedade mais ampla”. (Hall, 1997:20). É interessante o questionamento de Stuart Hall no sentido de avaliarmos as relações de poder existentes para definir a regulação da cultura ou da TV e do rádio, bem como para analisarmos as mudanças ocorridas no processo de regulação da radiodifusão brasileira:

Qual a relação que existe entre a “cultura” e outras forças que exercem um poder determinante de controle, de modelagem sobre a cultura? A princípio é a política, a economia, o Estado, ou o mercado o fator mais determinante em relação à cultura. É o Estado que, através de suas políticas legislativas, determina a configuração da cultura? Ou são os interesses econômicos ou as forças de mercado com sua “mãos ocultas” que estão de fato determinando os padrões de mudança cultural? (Hall, 1997:16)

Como o sistema de radiodifusão no Brasil nasceu privado, o governo federal distribuía concessões gratuitamente, o rádio e a televisão tinham também o objetivo de integrar o país e desenvolver um mercado de consumo destinado à classe média. Pensamos que a política nacional de comunicação foi construída por meio de uma intersecção de interesses entre Estado, mercado e política. Ao questionar a lógica das políticas de comunicação no Brasil, Bolaño destaca:

A legislação, na verdade, nada mais é do que a formalização de um determinado consenso social, que retrata a posição relativa dos diferentes atores na estrutura hegemônica da sociedade num dado momento e cuja validade se prolonga no tempo de acordo com o prolongamento da estabilidade daquela estrutura (Bolaño, 2007:7)

Como no Brasil a distribuição das emissoras de rádio e de televisão tem sido marcada pelo clientelismo eletrônico e a concentração da mídia eletrônica, pensamos ser difícil imaginar que o processo de democratização da comunicação será acelerado e transparente. Conforme José Arbex Junior (2005), isto traz conseqüências políticas, culturais, sociais e econômicas de longo alcance e profundidade, visto que “impede o debate plural e democrático das idéias, torna invisível – quando não “demoniza” – atores e movimentos sociais, padroniza comportamentos, constrói percepções e

consensos segundo critérios e métodos não transparentes e não submetidos ao controle das sociedades” (Arbex Junior, 2005: 385).

Como foi visto anteriormente, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso prometia mudança nos critérios de distribuição das emissoras de TV Comercial, que eram sempre distribuídas gratuitamente para beneficiar correligionários políticos. Seu ex-ministro, Sérgio Motta, usava como exemplo a negociação feita pelo ex-presidente José Sarney (1985-1990) para denunciar essa prática de concessão de radiodifusão como moeda de barganha política. Segundo Motta, Sarney concedeu para 91 parlamentares do Congresso Nacional brasileiro 168 emissoras de rádio e TV, visando ficar cinco anos no mandato de Presidente da República (Costa e Brener, 1997:30).

Como se vê, no século passado, o auge desse modelo inadequado para a democratização das concessões de TVs pelo governo brasileiro se deu no governo José Sarney. Conforme Othon Jambeiro:

Durante o governo do presidente Sarney as concessões foram ostensivamente utilizadas como moeda política, dando origem a um dos episódios mais antidemocráticos do processo constituinte. Em troca de votos favoráveis ao mandato de cinco anos para presidente foram negociadas 418 novas concessões de rádio e televisão. Com isso, cerca de 40% de todas as concessões feitas até o final de 1993 estavam nas mãos de prefeitos, governadores e ex-parlamentares ou seus parentes e sócios. No total, o presidente Sarney autorizou, entre 1985 e 1990, 1028 concessões de rádio e TV – o que representa 30% de todas as concessões feitas no país desde 1922.(Jambeiro *apud* Bolaño, 2000:82)

Em relação às emissoras comerciais houve uma mudança. As novas emissoras passaram a ser vendidas em licitação, porém o governo deixou aberta uma brecha para a continuidade da velha prática política de distribuir gratuitamente emissoras de TV. As retransmissoras de televisão (RTVs), modalidade na qual está inserida as TVs Educativas, reguladas pelo decreto 81.600/1978⁷, deveriam ser simples repetidoras de televisão e, por isso, eram outorgadas por portaria do Ministério das Comunicações, sem necessidade de realização de licitação ou de se ouvir o Congresso.

Porém, com o processo de redemocratização política do Brasil a partir de 1985 e, conseqüentemente, com a elaboração de uma nova Constituição Federal, o poder de

⁷ Decreto estabelecido em plena ditadura militar no Brasil pelo então presidente militar general Ernesto Geisel.

outorga e renovação das concessões de radiodifusão do governo passou a ser compartilhado com o Congresso Nacional, visto que este passou a apreciar o poder acima citado. Conforme Venício Lima:

A Constituição de 88 também determina no § 1º do seu artigo 223 que os atos de outorga e renovação de concessões de radiodifusão deverão ser apreciados pelo Congresso Nacional. O Poder Executivo passou, portanto, a compartilhar o seu poder de outorga com o Congresso Nacional. Mesmo assim, ele continua a utilizar as concessões de radiodifusão – comercial, educativa e comunitária – como moeda de barganha política. (Lima, 2008: 13)

Como afirmamos antes, as TVs Educativas continuaram sendo concedidas sem licitação, embora com o decreto 1.720/1995 do governo Fernando Henrique Cardoso, elas deixaram de ser exclusivamente retransmissoras da TV Cultura (São Paulo) e da TV Educativa (Rio de Janeiro) e passaram a ser geradoras.

Por meio do decreto acima citado, as TVs Educativas foram autorizadas a inserir até 15% de programas próprios. Um novo decreto do governo FHC, o 3.541/1998, ampliou ainda mais as funções dessas TVs. Conforme os jornalistas Cabral e Lobato, “o decreto permite que novas fundações recebam concessões onde houver canal de geradora disponível. Com a concessão de geradora em seu poder, as atuais retransmissoras que hoje [ano 2000] podem gerar no máximo duas horas de programação por dia poderão chegar a 100% de produção local, desde que tenham um caráter educativo⁸, e retransmiti-la para as cidades vizinhas” (Cabral e Lobato, 2000).

A possibilidade de operar praticamente com programação local e, ainda, a facilidade para se obter a concessão das TVs educativas em comparação às comerciais, provocou um aumento no número de emissoras do sistema. O número passou de 20, em 1997, para 167 concessionários em 2005.

Na reportagem do jornal Folha de São Paulo (18/06/2006) intitulada “Governo Lula distribui TVs e rádios educativas a políticos”, o jornal traça um panorama das distribuições das concessões. Nos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso

⁸ Portaria Interministerial Nº 651, de 15 de abril de 1999, do Ministério das Comunicações e ratifica a função da TV Educativa. “A radiodifusão educativa destina-se exclusivamente à divulgação de programação de caráter educativo-cultural e não tem finalidades lucrativas. (Cf. http://www.abtu.org.br/legislacao_portaria_ministerial.asp)

período foram distribuídas 239 rádios educativas e 118 TVs. Ou seja, por ano, foram concedidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso uma média de 14,75 TVs e 29,87 rádios. Por outro lado, em três anos e meio de governo Lula foram autorizadas a concessão de 29 televisões e 81 rádios. Embora o governo não tenha terminado, uma vez que este presidente foi reeleito em novembro de 2006, pode-se fazer uma incipiente comparação com o governo Fernando Henrique Cardoso no que diz respeito à concessão de TVs e rádios, visto que o governo Lula, até junho de 2006, havia distribuído, por ano, uma média de 8,28 TVs e 23,14 rádios. Pode-se inferir desses dados, caso seja mantido constante esse ritmo e/ou a quantidade de distribuição de TVs e rádios até o fim do governo Lula, que poderá haver uma redução de concessão de TVs, algo em torno de 43,86%, bem como de rádios, algo em torno de 22,53%.

Porém, no mapa das concessões divulgado pelo jornal Folha de S. Paulo, um dado nos chamou atenção: o segundo grupo mais privilegiado no recebimento das concessões supracitadas foram as fundações ligadas a grupos evangélicos, atrás apenas do grupo classificado como político (Cf. Folha de S. Paulo, de 18 de junho de 2006).

Novos concessionários

No artigo “Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história” (Costa e Brener, 1995) os autores fazem um mapeamento da distribuição das Retransmissoras de TV. O ex-deputado Federal Sérgio Naya (PPB-MG), através da Fundação Serafim Naya de Pesquisas Médico-Hospitalares, controlada por ele mesmo, recebeu autorização para montar 11 RTVs educativas no interior de Minas Gerais. Já na reportagem do jornal Folha de São Paulo, de 18 de junho de 2006, aparecem entre os beneficiados das concessões de TVs Educativas os então senadores Magno Malta (PL-ES) e o ex-senador, atual vice-governador de Santa Catarina, Leonel Pavan (PSDB). No exemplo do político catarinense, a vinculação política da emissora fica explícita no site da emissora: “A primeira emissora em canal aberto (11) da cidade [Balneário Camboriú] é mantida pela Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan, em homenagem ao pai do senador Leonel Pavan (PSDB), já falecido”⁹. A lista dos beneficiados com concessões de educativas incluía ainda os então

⁹ Disponível no site da TV Panorama (<http://www.panorama.tv.br/site/anossatv.php>).

deputados federais João Caldas (PL-AL), Wladimir Costa (PMDB-PA) e Silas Câmara (PTB-AM), além de outros deputados estaduais, ex-deputados, prefeitos e ex-prefeitos.

Segundo Lima (2008), a distribuição de TV Educativa foi concentrada nos três anos em que o deputado federal Pimenta da Veiga (PSDB-MG), coordenador da campanha de José Serra, esteve à frente do Ministério das Comunicações entre janeiro de 1999 a abril de 2002. Pelos cálculos do ex-ministro ele autorizou cerca de cem TVs Educativas.” Pelo menos 23 foram para políticos. A maioria dos casos detectados pela Folha é em Minas Gerais, base eleitoral de Pimenta da Veiga, mas há em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Roraima e Mato Grosso do Sul”. (Lima, 2008:13)

Política de comunicação e considerações finais

É importante ressaltar que o debate sobre política de comunicação iniciou-se na América Latina na década de 60 e início da de 70, decorrente do desencanto com a teoria desenvolvimentista e a explicação da teoria da dependência. Conforme o pesquisador Gilberto Gomes:

A consciência da dependência levou os organismos da sociedade civil a questionar a dependência comunicacional, a estrutura dos meios nos diversos países e sua pertença a grupos hegemônicos nacionais e internacionais. O monopólio da comunicação fez com que se internacionalizassem os elementos culturais, aplastando as culturas autóctones (Gomes, 1997: 109).

Anteriormente, na década de 50, a UNESCO incentivou os países de Terceiro Mundo a investirem na estrutura de comunicação, principalmente no rádio e na televisão, para massificar os conteúdos de educação. Mas esta proposta da UNESCO não logrou êxito porque segundo o pesquisador Neoti “a expansão dos veículos eletrônicos na América Latina não alterou substancialmente a situação do analfabetismo e da carência cultural das classes trabalhadoras. O que provocou de imediato foi a difusão do consumismo” (Neoti *apud* Gomes, 1997: 114).

Beltrán, citado por Gilberto Gomes (1997), afirma que a política de comunicação é “um conjunto de normas integradas e duradouras para reger a conduta de

todo o sistema de comunicação de um país, entendendo por sistema a totalidade das atividades de comunicação massiva ou não-massiva” (Beltrán *apud* Gomes, 1997: 107). Gilberto Gomes, por outro lado, entende por política de comunicação uma ação planejada por um grupo social para alcançar um determinado objetivo. Conforme Gomes:

No caso da política de comunicação, ela seria aquela realizada em conjunto por um grupo social, ou um governo, tendo em vista alcançar determinado objetivo no campo da comunicação. É, portanto, o conjunto de práticas que constituem o sistema de comunicação social vigente num país e que são práticas deduzíveis das concepções, valorações e ritualidades do conjunto da sociedade civil (Gomes, 1997:106).

Ao examinar a lógica das políticas de comunicação no Brasil, Bolaño argumenta que a manutenção do modelo de distribuição desde o presidente Castelo Branco até os dias atuais, coloca em dúvida a efetividade da nossa transmissão democrática.

Reforçando nossa discussão, Ramos faz uma reflexão sobre o desenvolvimento do sistema de comunicação do país, considerado por ele como retrógrado e caracterizado pelo “compadrio, patronagem, clientelismo e patrimonialismo – em geral associados a uma estrutura política e social arcaica, rural, anti-moderna – ganharam o Brasil no final do século XX a companhia dos mais sofisticados meios de expansão do poder da fala até então inventados pelo homem: o rádio e a televisão” (Ramos, 2000: 57).

Esse mesmo autor ainda corrobora o debate sobre a função dos meios de comunicação, mesmo daqueles classificados como sendo de particulares:

Nem mesmo o jornal, ao contrário do que se quer fazer parecer - e muito menos os meios eletrônicos de comunicação, inclusive aqueles nascidos sob a condição particular de, por exemplo, televisão paga - não são instituições privadas no sentido clássico das economias de mercado. Isto porque a sua principal mercadoria não são os bens tangíveis destinados à subsistência material das pessoas, supérfluos ou não. A mercadoria principal dos meios de comunicação é a informação, a educação e a cultura no seu sentido mais lato, bens intangíveis destinados ao imaginário social, ideologia na expressão mais nobre do

termo, que hoje compete e, em geral, se sobrepõe às ideologias oriundas da família, da escola, das religiões (Ramos, 2000: 52).

A citação de Ramos supracitada nos remete às considerações finais. No caso do nosso objeto de estudo, as TVs Educativas. Mesmo sendo concedidas a municípios/estados ou a fundações sem fins lucrativos não há garantia de que elas irão cumprir estritamente as suas funções ou objetivos. Isto é, nada impede que pelo Brasil afora elas sejam utilizadas para proselitismo político ou religioso. O ser uma emissora de TV estatal pode não significar ser pública ou plural. Como exemplo, podemos citar a TV Educativa Paraná, que ano passado estava sendo utilizada pelo governador daquele Estado, Roberto Requião, para atacar imprensa, adversários políticos, bem como sendo utilizada para autopromoção deste governador. A prática foi denunciada pelo Ministério Público (cf. Observatório da Imprensa).

Não só casos de proselitismo político têm sido denunciados. Casos de proselitismo religioso também foram parar no Ministério Público de Santa Catarina, envolvendo a TV Brasil Esperança com sede em Itajaí e Joinville. Agora, se a legislação abriu a possibilidade para que as TVs Educativas operem com a totalidade de programas locais, nos resta perguntar quais interesses os políticos das mais variadas matizes ideológicas e as fundações ligadas às igrejas têm em promover a educação e a cultura local? Embora estejamos no início da nossa pesquisa, em alguns casos, como em Santa Catarina, as TVs Educativas são conhecidas pela TV do vice-governador ou TV de tal igreja. Pensamos que mesmo com todos os problemas brevemente citados, a instalação de emissoras locais possam ter/estar contribuindo pelo menos para que as redes hegemônicas comerciais repensem sua atuação no interior dos estados brasileiros.

Referências bibliográficas

ABTU – Associação Brasileira de Televisão Universitária. **Portaria Legislação.** Disponível em: http://www.abtu.org.br/legislacao_portaria_ministerial.asp. Acesso em: 17 jun.2007

ARBEX JR, José. **Uma outra comunicação é possível (e necessária)** in MORAES, Dênis de (org). **Por uma outra comunicação – mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003: 385-400

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo. Paulus, 2007

CABRAL, O., LOBATO, E. **Governo deve criar 180 emissoras de TV**. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv18072000.htm>. Acesso em 20 jan.2007

COSTA,S.; BRENER, J. **Coronelismo eletrônico: o governo de Fernando Henrique Cardoso e o novo capítulo de uma velha história**. Comunicação & Política. v IV, n.2, NS, p.29-53, maio-agosto 1997.

FNDC (2002). **Os donos da mídia**.<http://www.fndc.org.br/arquivos/donosdamidia.pdf>. acesso em 30 mar.2008

FORT, Mônica Cristine. **Televisão Educativa: A responsabilidade pública e as preferências do espectador**. São Paulo, SP. Annablume, 2005.

GOMES, Pedro Gilberto. **Comunicação. Filosofia, Ética e Política**. São Leopoldo, RS. Ed.Unisinos,1997.

HALL, Stuart. **A Centralidade da Cultura. Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. In: Revista & Realidade, pp.15-46, jul./dez.1997

LIMA, Venício. **As “brechas” legais do coronelismo eletrônico**. Revista Aurora (PUC-SP). Disponível em: http://www.pucsp.br/revistaaurora/download/venicio_a_lima.pdf. Acesso em: 02 abr.2008

LOBATO, Elvira. **Governo Lula distribui Tvs e rádios educativas a políticos**. Folha de São Paulo, São Paulo, 2006. capa, p.A4 - A7

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **TV Educativa: Requião multado por uso eleitoral**. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=401TVQ003>

RAMOS, Murilo César. **Às margens da estrada do futuro Comunicações, políticas e tecnologia**. Murilo César Ramos – Brasília, janeiro de 2000. coleção FAC – editora eletrônica

RAMOS, Murilo César. **Sobre a importância de repensar e renovar a idéia de sociedade civil**. In: RAMOS, Murilo César e SANTOS, Suzy (orgs). Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Editora Paulus, 2007. pp.19-48

SANTOS, Suzy. **E-Sucupira: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo nas comunicações brasileiras.** Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Disponível em:
http://www.fndc.org.br/arquivos/ecompos07_dezembro2006_suzydossantos.pdf

TV Panorama. **Histórico.** Disponível no site da TV Panorama Disponível em:
(<http://www.panorama.tv.br/site/anossatv.php>). Acesso em: 20 mai.2007